

**CONTRATO Nº 0199/2017**

**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ**

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, E, DO OUTRO, COMO CONTRATADA A EMPRESA CENTROSUL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA POR MONITORAMENTO ELETRÔNICO (ALARME MONITORADO) 24 HORAS POR DIA, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS EM COMODATO, PARA A SEDE DA SR-DNIT/PR E SUAS UNIDADES LOCAIS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, PARA UM PERÍODO DE 20 MESES, NA FORMA ABAIXO

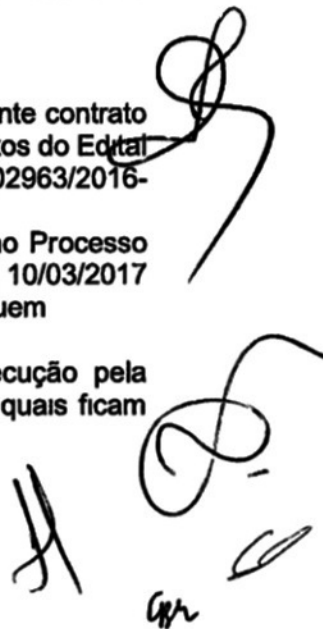
**(1) DAS PARTES**

**O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES**, ente autárquico federal vinculado ao Ministério dos Transportes, com sede na capital do Distrito Federal – Setor de Autarquias Norte, Núcleo dos Transportes Q-3, B-A, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04 892 707/0001-00, doravante simplesmente denominado DNIT ou CONTRATANTE, por intermédio da Superintendência Regional no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04 892 707/0020-73, sediada na Av. Victor Ferreira do Amaral, 1500 – Tarumã, Curitiba/PR, CEP 82 800-000, representada pelo Superintendente Regional, José da Silva Tiago, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 44.000.44, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso, inscrito no CPF/MF sob o nº 089.000.000-15, com endereço profissional na Av. Victor Ferreira do Amaral, 1500 – Tarumã, Curitiba/PR, CEP 82 800-000, nomeado conforme Portaria nº 191, de 17/09/2009, publicada no DOU de 18/09/2009, "ex-vi" do art. 24, inciso III, da Estrutura Regimental do DNIT, aprovada pelo Decreto nº 8 489, de 10/07/2015, publicado no DOU de 13/07/15, e do Art. 180, inciso XIX, do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução nº 26, do Conselho de Administração, de 05 de maio de 2016, e do outro lado, a empresa **CENTROSUL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - ME**, ou **CONTRATADA**, com sede na Rua Dr. Nelson de Souza Pinto, 318, São Lourenço, Curitiba-PR, CEP 82 200-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06 001 623/0001-65, representada por Viviane Barbosa Freire, Sócia Administradora, portadora da Carteira de Identidade nº 7.000.000-7, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, inscrito no CPF/MF sob o nº 027.000.000-80, conforme documento que fica arquivado no setor competente

**(2) DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO** - O presente contrato fundamenta-se nas Leis nº 8 666/1993 e nº 10 520/2002, e vincula-se ao Edital e anexos do Edital de Pregão Eletrônico nº 027/2017, constante do processo administrativo nº 50609 002963/2016-42

As partes têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no Processo Administrativo nº 50609 002963/2016-42, cujo resultado foi homologado em data de 10/03/2017 pelo Ordenador de Despesas do DNIT, mediante as cláusulas e condições que se seguem

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** – Constitui objeto deste Contrato, a execução pela CONTRATADA, dos trabalhos descritos no Termo de Referência/Projeto Básico, os quais ficam



fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento, e assim resumidos quanto a seus elementos essenciais

**(1) LOTE ÚNICO, COM 08 ITENS AGRUPADOS,**

**(2) UNIDADES DA FEDERAÇÃO** Curitiba/PR, Campo Mourão/PR, Cascavel/PR, Colombo/PR, Laranjeiras do Sul/PR, Londrina/PR, Pato Branco/PR e Ponta Grossa/PR

**(3) NATUREZA DOS SERVIÇOS**

Contratação de prestação de serviços de segurança por monitoramento eletrônico (Alarme Monitorado), 24 horas por dia, com fornecimento de todos os equipamentos necessários em comodato, para a Sede da SR-DNIT/PR e suas Unidades Locais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, por um período de 20 (vinte) meses

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Nenhuma alteração, modificação, acréscimo ou decréscimo, variação, aumento ou diminuição de quantidade ou de valores, ou das especificações e disposições contratuais poderá ocorrer, inclusive quanto a habilitação e qualificação da CONTRATADA no certame licitatório, salvo quando e segundo a forma e as condições previstas na Lei nº 8 666 de 21 06 93

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO – EMPENHO E DOTAÇÃO (1) DO VALOR**

- O valor estimado do presente Contrato, a preços iniciais, e de **R\$ 51 750,00 (cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta reais)** (2) - DO EMPENHO E DOTAÇÃO A despesa, no corrente exercício, na parte nele a ser executada, correrá a conta da dotação do Orçamento do DNIT/2017, Verba 26122212620000001, devidamente empenhada, conforme a Nota(s) de Empenho nº 2017NE800071, datada de 24/03/2017, no valor de R\$ 23 287,50 (vinte e três mil, duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), emitida pela Coordenação de Administração e Finanças/CAF, a qual fica fazendo parte integrante deste contrato

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Nos exercícios seguintes, durante a vigência do contrato, as despesas respectivas serão empenhadas, em relação a parte a ser executada, indicando-se os créditos e empenhos para a sua cobertura em termos aditivos a serem então lavrados pelo DNIT

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS UNITÁRIOS** – Os preços unitários correspondentes a cada serviço contratado são os constantes da proposta da CONTRATADA, aceita na licitação acima referida, cujas planilhas constituem os anexos integrantes deste instrumento, devidamente rubricados pelos representantes das partes contratantes

**CLAUSULA QUARTA – DO PRAZO E PRORROGAÇÕES** – O prazo de vigência deste contrato e de 20 (vinte) meses, contado do dia de sua assinatura com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art 57, II da Lei nº 8 666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A prorrogação dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantagem, para a Administração, das condições e preços contratados

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O prazo para a conclusão dos trabalhos definidos na CLAUSULA PRIMEIRA e de 20 (vinte) meses

**CLAUSULA QUINTA – DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO** – Em garantia da fiel e efetiva execução dos trabalhos contratados, a CONTRATADA prestou caução, sob a modalidade de Seguro Garantia, fornecida pela J Malucelli Seguradora S/A, em data de 21/03/2017, no valor de R\$ 2 587,50 (dois mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), CORRESPONDENTE A 5% (CINCO POR CENTO) DO VALOR A PREÇOS INICIAIS DO CONTRATO, conforme Guia de Recolhimento de numero 4495, efetivada em data de 27/03/2017, que integra o presente instrumento

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - Durante a execução dos trabalhos, a CONTRATADA reforçara a caução acima referida de modo a perfazer, permanentemente, um total correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual a preços iniciais e reajustamentos, se os houver

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A garantia prestada pelo licitante vencedor lhe sera restituída ou liberada 60 (sessenta) dias consecutivos apos o Recebimento Definitivo dos Serviços

**PARAGRAFO TERCEIRO** - Para a prestação de serviços continuados

Apos a execução do contrato sera verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da Contratada em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

Caso a Contratada não logre efetuar uma das comprovações acima indicadas ate o fim do segundo mês apos o encerramento da vigência contratual, a Contratante podera utilizar o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução contratual, conforme arts 19-A e 35 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008 e autorização expressa a ser concedida pela Contratada no momento da assinatura do contrato

**CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** – A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como

I- Fornecer/executar o objeto da licitação de acordo com as especificações do **Termo de Referência – ANEXO I**, não se admitindo quaisquer modificações sem a previa autorização do DNIT,

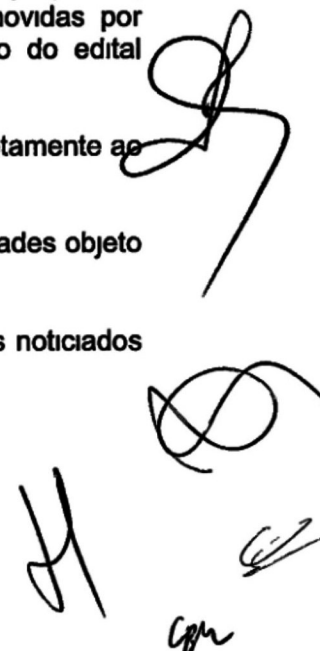
II- Comunicar por escrito ao setor do DNIT responsavel pelo recebimento/fiscalização do objeto da licitação, no prazo maximo de 02 (dois) dias que antecedam o prazo de vencimento do fornecimento/execução do objeto da licitação, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento

III- Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do edital decorrente,

IV- Responder por danos materiais, ou fisicos, causados por seus empregados diretamente ao DNIT ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo,

V- Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem previa autorização do DNIT,

VI- Prestar esclarecimentos ao DNIT sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação,



VII- Havendo cisão, incorporação ou fusão da futura empresa contratada a alteração subjetiva do contrato ficara condicionada a observância, pela nova empresa, dos requisitos de habilitação de que trata o art 27 da Lei 8 666/93, segundo as condições originalmente previstas na licitação, a manutenção de todas as condições estabelecidas no contrato original, a inexistência de prejuizo para a execução do objeto pactuado causado pela modificação da estrutura da empresa, e a anuência expressa da Administração, apos a verificação dos requisitos apontados anteriormente, como condição para a continuidade do contrato

VIII- Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes as leis trabalhistas, previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados,

IX- Possibilitar ao DNIT, em qualquer etapa, o acompanhamento completo do fornecimento/execução do objeto da licitação, fornecendo todas as informações necessarias e/ou resposta a qualquer solicitação da Contratante,

X- Atender prontamente quaisquer exigências do representante do DNIT, inerentes ao objeto do **Termo de Referência – ANEXO I**,

XI- Cumprir as demais obrigações constantes do **Termo de Referência – ANEXO I**

**CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO DNIT** – Constituem direitos e prerrogativas do DNIT, alem dos previstos em outras leis, os constantes dos artigos 58, 59 e 77 a 80 da Lei no 8 666 de 21/06/93, e suas alterações posteriores

**PARAGRAFO PRIMEIRO** – Cabera ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

I- Emitir as convocações, as ordens formais de fornecimento/execução, as notas de empenho e o Termo de Contrato (se for o caso) relativos ao objeto da licitação,

II - Comunicar a empresa contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução do objeto

III - Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento/execução em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, e com as especificações deste edital e seus anexos

IV - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo

V - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada com relação ao objeto desta licitação, e

VI - Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados

VII - Cumprir as demais obrigações constantes do **Termo de Referência – ANEXO I**

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Não obstante a contratada seja a unica e exclusiva responsavel pelo fornecimento/execução do objeto, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso

**PARAGRAFO TERCEIRO** - Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na area, a seu exclusivo criterio, julgar inconveniente,



**PARAGRAFO QUARTO** - Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional,

**CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO** – O DNIT fiscalizara a execução dos trabalhos, diretamente através servidor especialmente designado para este fim

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Antes da assinatura do contrato e de qualquer alteração ou termo aditivo, deverão ser anexadas ao processo declarações relativas a consulta on-line do SICAF (Art 55, inciso XIII da Lei 8 666/93), acerca da situação cadastral da Contratada, consulta ao CADIN, nos termos do art 6º, II, da lei nº 10 522/2002, bem como comprovação de inexistência de débitos trabalhistas inadimplidos (CNDT)

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As consultas a que se refere o paragrafo anterior deverão ser repetidas antes de cada pagamento das medições, ocorridas no decorrer da contratação. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação a situação cadastral da Contratada, e/ou existência de débitos trabalhistas inadimplidos, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art 78, da Lei nº 8666/93

**PARAGRAFO TERCEIRO** – Durante a execução dos trabalhos não serão admitidas paralisações dos serviços por prazo, parcelado ou unico, superior a 120 (cento e vinte) dias consecutivos, salvo por motivo de força maior, aceito por ambas as partes contratantes, excluídas quaisquer indenizações

**PARÁGRAFO QUARTO** – Os trabalhos executados somente serão recebidos pelo DNIT, se estiverem de acordo com os Termos de Referência e o Quadro de Quantidades constante do Edital, atendida as especificações fornecidas pelo DNIT bem como em conformidade com as disposições constantes da Lei nº 8 666 de 21 06 93 e suas posteriores alterações

**CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DE CONTRATO** – este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art 65 da Lei nº 8 666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas

**PARAGRAFO UNICO** - Em havendo a Cisão, Incorporação ou Fusão da futura empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações ficará condicionada a análise por esta administração contratante do procedimento realizado, tendo presente a possibilidade de riscos de insucesso na execução do objeto contratado, ficando vedada a sub-rogação contratual

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO** – O presente Contrato podera ser rescindido nos casos e na forma previstos na Lei no 8 666 de 21 06 93 e suas alterações posteriores

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO – DO REAJUSTAMENTO**– O pagamento sera creditado em nome do contratado, mediante ordem bancaria em conta corrente por ele indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste edital, apos o fornecimento/execução do objeto da licitação, no prazo de ate 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do periodo de adimplemento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsavel nos documentos habéis de cobrança

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - o pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancaria sera realizado, desde que o contratado efetue cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere as retenções tributanas

**PARAGRAFO SEGUNDO** - Para execução do pagamento de que trata o **parágrafo anterior**, o contratado deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, CNPJ nº 04 892 707/0001-00, o nome do banco, o número de sua conta bancária e a respectiva agência

**PARAGRAFO TERCEIRO** - É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste contrato, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes

**PARAGRAFO QUARTO** - Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor. Nos casos de contratação de serviços de cessão de mão-de-obra, haverá regra específica no edital

**PARÁGRAFO QUINTO** - A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pela contratada diretamente ao responsável pelo recebimento do objeto, que atestará e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas todas as condições pactuadas

**PARAGRAFO SEXTO** - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao adjudicatário e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o DNIT

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1 234/12

**PARÁGRAFO OITAVO** - Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável

**PARÁGRAFO NONO** - A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde}$$

**EM** = Encargos Moratórios,



**N** = Numero de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento,  
**VP** = Valor da parcela a ser paga,  
**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado  
**I** =  $\frac{(TX)}{365}$   $I = \frac{(6/100)}{365}$   $I = 0,00016438$   
**TX** = Percentual da taxa anual = 6%

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - O pagamento sera efetuado somente apos as notas fiscais ou faturas serem conferidas, acertas e atestadas pelo Fiscal do Contrato, sendo precedido de consulta ao SICAF e de comprovação de inexistência de debitos trabalhistas inadimplidos (CNDT), para comprovação do cumprimento dos requisitos de habilitação previstos nos arts 27 a 32 da Lei nº 8 666/93

**PARAGRAFO DECIMO TERCEIRO** - Na hipotese de irregularidade da Contratada no Cadastro ou Habilitação junto ao SICAF e/ou existência de debitos trabalhistas inadimplidos, providenciar-se-a sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 5 (cinco) dias uteis, regularize sua situação, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e de rescisão do contrato, resguardada a ampla defesa O prazo estabelecido neste paragrafo podera ser prorrogado, a criterio da Administração

**PARAGRAFO DECIMO QUARTO** - Qualquer alteração nos dados bancarios devera ser comunicada ao DNIT, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade do contratado os prejuizos decorrentes de pagamentos incorretos devido a falta de informação

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - O pagamento efetuado pelo DNIT não isenta o contratado de suas obrigações e responsabilidades assumidas

**PARAGRAFO DÉCIMO SEXTO – REAJUSTE DE PREÇOS** – Caso decorra periodo superior a um ano contado a partir da data limite para apresentação da proposta, os preços contratuais serão reajustados mediante a aplicação do indice IPCA, com fundamento no art 3º da Lei n 10 192/01

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno minimo de um ano sera contado a partir dos efeitos financeiros do ultimo reajuste

Não se admitira nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancarias e ônus semelhantes

Caso o indice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, sera adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor

Na ausência de previsão legal quanto ao indice substituto, as partes elegerão novo indice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES** – A CONTRATADA respondera administrativamente pela qualidade e eficiência dos serviços por ela executado, e essa se estendera ate a finalização dos serviços

**PARAGRAFO PRIMEIRO**

1 1 Por atraso ou inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente, bem como por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento do procedimento licitatorio, o DNIT podera, garantido o contraditorio e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções

**1 1 1 ADVERTÊNCIA** E o aviso por escrito, emitido quando a Licitante e/ou Contratada descumprir qualquer obrigação, e sera expedido

**1 1 1 1** Pelo Setor responsável pelas licitações do Órgão, tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais, quando o descumprimento da obrigação correr no âmbito do procedimento licitatório, sendo emitida por documento oficial do DNIT e registrada no SICAF, nos seguintes casos

- 1 1 1 1 1** quando a licitante atrasar a entrega, no prazo estabelecido no edital, dos documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva,
- 1 1 1 1 2** quando a licitante ofertar preço visivelmente inexequível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances,
- 1 1 1 1 3** quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas,
- 1 1 1 1 4** quando a licitante manifestar intenção de recurso e não impetra-lo,
- 1 1 1 1 5** quando a licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação
- 1 1 1 1 6** Todas as hipóteses tratadas no subitem 17 1 1 1 do Termo de Referência serão válidas quando a empresa descumprir as exigências editalícias pela primeira vez com a Administração, não havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial,

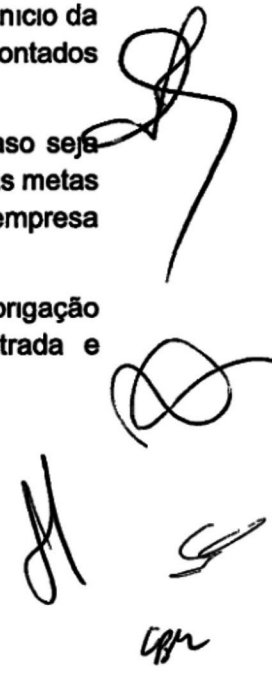
**1 1 1 2** Pelo Ordenador de Despesas do Órgão, tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais, orientado pelo Fiscal do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou em assinar o contrato, nos seguintes casos

**1 1 1 2 1** quando a licitante se recusar a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para retirada ou assinatura,

**1 1 1 2 2** quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou ensejar o retardamento no início da execução do seu objeto, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto,

**1 1 1 2 3** quando se tratar de execução de serviços, caso seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao Cronograma Aprovado, não justificado pela empresa contratada

**1 1 1 2 4** quando a licitante descumprir qualquer outra obrigação atinente ao objeto da licitação, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico





**1 1 2 MULTA** E a sanção pecuniária que será imposta a Contratada, pelo Ordenador de Despesas do Órgão, tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes percentuais

**1 1 2 1 Nos casos de atrasos**

**1 1 2 1 10,33%** (trinta e três centesimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto da licitação, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, virgula, nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso,

**1 1 2 1 20,66 %** (sessenta e seis centesimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto da licitação, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente a parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do DNIT, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias,

**1 1 2 1 32%** (dois por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de execução do objeto da licitação, sem prejuízo da aplicação do disposto nos subitens **17 1 2 1 1** e **17 1 2 1 2** do Termo de Referência

**1 1 2 2 Nos casos de recusa ou inexecução**

**1 1 2 2 1 15%** (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo DNIT ou inexecução parcial do objeto da licitação, calculado sobre a parte inadimplente,

**1 1 2 2 20%** (vinte por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega

**1 1 3** A multa será formalizada por simples apostilamento, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8 666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido a Contratada a oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 3º do artigo 86 da Lei nº 8 666/93, observada a seguinte ordem

**1 1 3 1** Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato,

**1 1 3 2** Mediante desconto no valor das parcelas devidas a contratada, e

**1 1 3 3** Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução

**1 1 4** Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM ou equivalente, que

sera descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo DNIT ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de calculo de multa, sera contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal na repartiçao interessada, ou no primeiro dia util seguinte

1 1 5 Em despacho, com fundamentação sumaria, podera ser relevado

1 1 5 1 O atraso na execucao do objeto da licitacao não superior a 05 (cinco) dias, e

1 1 5 2 A execucao de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobranca

1 1 6 A multa podera ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observados os principios da proporcionalidade e da razoabilidade

1 1 7 Persistindo o atraso por mais de 30 (trinta) dias, sera aberto Processo Administrativo pelo Fiscal do contrato com o objetivo de anulaçao da nota de empenho e/ou rescisao unilateral do contrato, exceto se houver justificado interesse do DNIT em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, sendo mantidas as penalidades na forma dos subitens 17 1 1 2 3 e 17 1 2 1 do Termo de Referência

1 1 8 **SUSPENSÃO** É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir

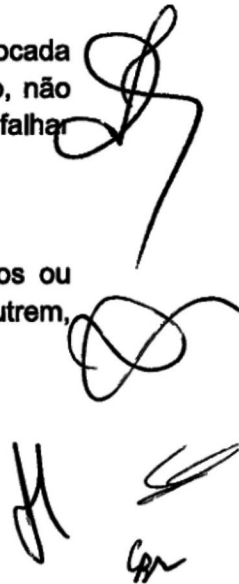
1 1 8 1 Por ate 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisoria, ou, em original ou copia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitacao

1 1 8 1 1 A hipotese em que o licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitacao, sera valida quando a empresa for reincidente, ja havendo ocorrencia anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial,

1 1 8 2 Por ate 2 (dois) anos, quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento na execucao do seu objeto, falhar ou fraudar na execucao do contrato

1 1 8 3 Por ate 5 (cinco) anos, quando a Contratada

1 1 8 3 1 Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicaçao do objeto da licitacao,



1 1 8 3 2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação, e

1 1 8 3 3 Receber qualquer das multas previstas no subitem 15 1 2 e não efetuar o pagamento

1 1 8 3 4 Comportar-se de modo inidôneo

1 1 9 São competentes para aplicar a penalidade de suspensão

1 1 9 1 O Setor responsável pelas licitações do Órgão, tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e

1 1 9 2 O Ordenador de Despesas do Órgão, tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo

1 1 10 A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial da União e registrada no SICAF

1 1 11 **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** A declaração de inidoneidade será aplicada somente pelo Ministro de Estado dos Transportes, a vista dos motivos informados na instrução processual

1 1 11 1 Será declarada inidônea a empresa que cometer ato como os descritos nos arts 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8 666/93

## 1 2 Disposições gerais

1 2 1 As sanções previstas nos subitens 17 1 8 e 17 1 11 do Termo de Referência poderão também ser aplicadas as empresas ou aos profissionais que, em razão do contrato

1 2 1 1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos,

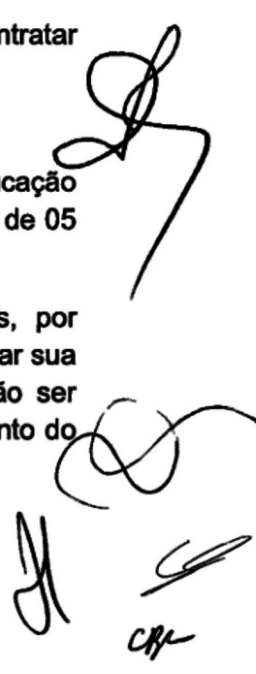
1 2 1 2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação,

1 2 1 3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados

## 1 3 Do direito de defesa

1 3 1 É facultado a Contratada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação

1 3 2 O recurso será dirigido ao Ordenador de Despesas, por intermédio da autoridade que aplicou a sanção, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão será proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade



1 3 3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se a o dia do início e incluir-se a o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário,

1 3 4 Assegurado o direito a defesa previa e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União, devendo constar

1 3 4 1 A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho

1 3 4 2 O prazo do impedimento para licitar e contratar,

1 3 4 3 O fundamento legal da sanção aplicada, e

1 3 4 4 O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal

1 3 5 Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente que por sua vez providenciara a imediata inclusão da sanção no SICAF, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao sistema em caso de suspensão para licitar

#### 1 4 Do assentamento em registros

1 4 1 Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial da União as sanções aplicadas com fundamento nos itens 17 1 1 e 17 1 2, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento e/ou registro em sistema, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8 666/93

1 4 2 Os prazos referidos neste documento só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade

#### 1 5 Da sujeição a perdas e danos

1 5 1 Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, a Contratada ficará sujeita, ainda, a composição das perdas e danos causados ao DNIT pelo descumprimento das obrigações licitatórias

1 6 Sem prejuízo as demais penalidades descritas acima e eventuais glosas, serão aplicadas as sanções constantes na tabela abaixo e descontada do valor das parcelas devidas a contratada. Após o regular processo administrativo, oferecido a Contratada a oportunidade do contraditório e ampla defesa será considerada executada ou serão devolvidos os valores referentes as penalidades não aplicadas

PARAGRAFO SEGUNDO – Observar o disposto no Termo de Referência, Anexo I, Item 17



**PARAGRAFO TERCEIRO** - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficara impedido de licitar e contratar com a União e, sera descredenciado no SICAF pelo prazo de ate 05 (cinco) anos, sem prejuizo da aplicação de multa em percentual equivalente a multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais

**PARÁGRAFO QUARTO** - O contratado que subcontrate, total ou parcialmente, o serviço contratado, associe-se com outrem, ceda ou transfira, total ou parcialmente, o objeto do contrato, bem assim realize a sua fusão, cisão ou incorporação, em todos os casos sem que ocorra a previa e expressa autorização do DNIT, formalizada por termo aditivo ao contrato, sofrera a aplicação da penalidade de suspensão temporaria do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de ate dois anos

**PARÁGRAFO QUINTO** - As sanções de suspensão temporaria de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que

I - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos,

II - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação,

III - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados

**PARÁGRAFO SEXTO** - As penalidades serão aplicadas apos regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes

**PARAGRAFO SETIMO** - A multa sera descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração

**PARÁGRAFO OITAVO** - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Publica e de competência exclusiva do Ministro de Estado dos Transportes

**PARÁGRAFO NONO** - As demais sanções são de competência exclusiva do Ordenador de Despesas

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL** – Ficam as partes cientes que as condições impostas neste contrato estão vinculadas ao Edital de Licitação que lhe deu origem

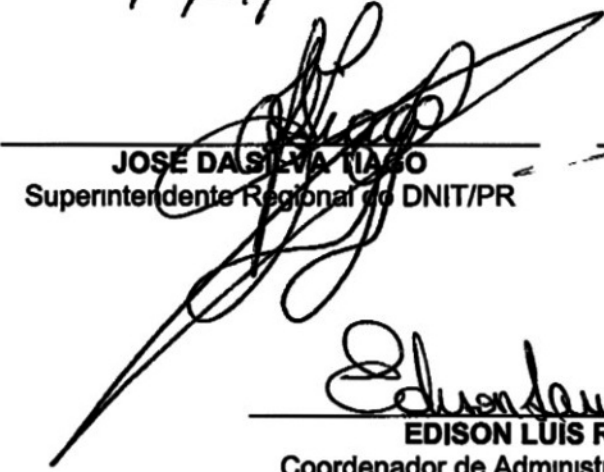
**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO** – As partes elegem, de comum acordo, com renuncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, a **Justiça Federal de Curitiba- Seção Judiciária do Estado do Paraná** - para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato




**CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EFICÁCIA DO CONTRATO** – O presente Contrato terá eficácia plena a partir da data da sua publicação, exclusive

E, por assim estarem justas e acertadas, as partes, por seu Representante Legal e Responsavel Tecnico, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas identificadas


Curitiba/PR, 02/04/2017

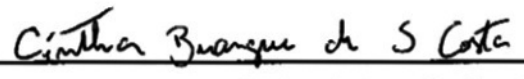
  
**JOSE DA SILVA NASSO**  
 Superintendente Regional do DNIT/PR

  
**VIVIANE BARBOSA FREIRE**  
 Representante Legal da Contratada

  
**EDISON LUIS RODAK**  
 Coordenador de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHAS

  
 Nome CASSIO LUIZ LIMA DA SILVA  
 CPF 062. [REDACTED] 88

  
 Nome CINTHIA BUARQUE DE SOUZA COSTA  
 CPF 014 [REDACTED] 08